

Konder refaz costura de 67

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

Deputado sintoniza com moderados projeto de Cabral

BRASÍLIA — O deputado Antônio Carlos Konder Reis, 62 anos, que é também conservador de museus, volta a exercer a mesma função que cumpriu oficialmente na Constituição de 1967: ele é um dos principais responsáveis pela costura das emendas que os moderados vão propor para dar acabamento à futura Constituição.

Konder Reis acha que a Constituição de 1967 já faz parte da história e não deverá servir de parâmetro no momento atual: "O Brasil é outro, o ambiente político é outro porque o país se modernizou". Em um ponto, porém, deixa escapar o receio de que a Constituinte repita a de 1967: no tamanho. A antiga tinha 201 artigos e o anteprojeto de agora tem 501.

Ele reexaminou todas as 5.700 emendas que haviam sido apreciadas por Bernardo Cabral, relator oficial da Constituinte, e obteve indiscutível êxito: 13 emendas que foram rejeitadas por Cabral e seu grupo de auxiliares foram incorporadas ontem ao anteprojeto.

Competência — Auxiliado pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Francisco Dornelles, Konder Reis, para cada uma emenda avaliada de forma correta pelo grupo de Bernardo Cabral, encontrou 50 erradas, conforme revela um dos principais auxiliares de Afonso Arinos. "Ele tem competência", avaliou o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). O grupo de 50 parlamentares que se aglutinou em torno de Konder Reis defende a desestatização do anteprojeto e as teses moderadas.

— Eu não me assusto com nada, mas acho que as enumerações completas sobre o direito à vida, por exemplo, não cabem à Constituição, que é uma lei superior — comenta.

Relator da Constituição que extinguiu as eleições diretas para a Presidência da República, criando o Colégio Eleitoral, Konder Reis trabalhou em 1966 para finalizar um projeto que veio pronto do então presiden-



Reis: competente

te Castelo Branco, que o encomendou ao então ministro da Justiça, Carlos Medeiros e Silva. Revogada pelo AI-5, em dezembro de 1968, a Constituição de 1967 teve avanços, na avaliação de Konder Reis.

— O projeto que recebi reduzia os poderes do Supremo Tribunal Federal e não dava direitos e garantias individuais. Coube a redação do texto que aprovamos neste capítulo ao senador Afonso Arinos, que apresentou soluções novas — diz.

Apoio — Recebendo telefones diários do presidente Castelo, ele afirma que obteve apoio do então chefe do Gabinete Militar, general Ernesto Geisel, para aprovar os avanços, principalmente em relação às imunidades parlamentares. Geisel, no exercício da Presidência, anos depois, acabou usando o AI-5 para cassar parlamentares e fechar o Congresso, contradizendo a tese que ajudou Konder Reis a aprovar na Constituição de 1967.

Liderando um bloco de moderados, Konder Reis preocupa-se agora em sistematizar emendas, mas dá sua receita de como fazer uma Constituição. "É preciso ter conhecimento, espírito público e sensibilidade, porque uma lei maior não poderá ser resultado de força numérica, mas do conjunto de forças de toda a sociedade."

Europeu manda a relator carta com reivindicação

Dodora Guedes

BRASÍLIA — O que podem ter em comum a cidadezinha de Urucurituba, no interior do Amazonas, e importantes cidades da Europa como Viena, na Áustria, Frankfurt, na Alemanha, e Estocolmo, na Suécia? Teoricamente, nada, mas pessoas dessas cidades se uniram em uma causa comum: são delas e de várias outras cidades os remetentes de centenas de cartas com veementes apelos ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, para que assegure na Constituição a reforma agrária brasileira, tema predominante na correspondência recebida pelo relator.

Colecionadas por Bernardo Cabral em pastas de arquivo guardadas em seu gabinete, as cartas com sugestões à Constituinte tratam dos mais diferentes e, por vezes, até disparatados assuntos. Os europeus enviaram cerca de 400 cartas, com um detalhe curioso: basicamente, trata-se de três textos literalmente iguais — dois para a reforma agrária e um para a defesa de territórios indígenas —, remetidos em sua maioria em cópias xerox — há, também, as escritas a mão —, embora com remetentes diferentes.

Os brasileiros trataram de tudo, desde a aposentadoria — aqui o tema mais comum —, passando pela redivisão territorial, sistema de governo, modificações na estrutura judiciária e questões de saúde e educação. Em todas as cartas fica patente o desejo da população de participar, de influir na Constituinte.

Cartas estrangeiras — "Acompanho com grande interesse o processo de reforma agrária no Brasil. A nova Constituição deveria oferecer o fundamento legal para a execução de uma reforma agrária rápida e substancial, condição indispensável para o cumprimento dos direitos das pessoas que vivem e trabalham no campo". Este é o trecho inicial de cartas despachadas na Áustria, Bélgica, Suécia e Itália.

As enviadas da República Federal da Alemanha começam invariavelmente da seguinte forma: "Através dos meios de comunicação tomo conhecimento da situação difícil em que seu país se encontra. A questão da dívida externa e o crescente empobrecimento da maioria da população, com todas as tensões daí decorrentes, reiteradas vezes vêm merecendo destaque. Principalmente os con-

flitos no campo, com o seu já tão elevado número de vítimas e a aparente falta de perspectivas para uma solução substancial, causam profunda preocupação e inquietude. Por isso, acompanho com interesse os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e manifesto a solidariedade com as reivindicações dos trabalhadores sem terra e dos pequenos agricultores, expressas na proposta da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e no Projeto de Reforma Agrária dos Trabalhadores sem Terra".

Urucurituba — Além dos estrangeiros, muitos brasileiros enviaram cartas pedindo a reforma agrária. Como é o caso da "Carta do Povo de Urucurituba para os Delegados Constituintes". Este documento foi elaborado pela população do município amazonense através de 37 representantes escolhidos nas zonas urbana e rural e contém uma série de sugestões à Constituinte, nas mais diferentes áreas.

Mas essa correspondência não trata apenas de reforma agrária. Do clube de Oratória de Apucarana (Paraná) veio a sugestão de adoção do regime parlamentarista monárquico, mesmo tema da carta enviada pela Fundação Cultural Campanha da Princesa (de Campanha, Minas Gerais), presidida por Manoel Maria Paiva de Vilhena, de 90 anos de idade. Outros sugerem que a Constituinte adote o plebiscito para a escolha do regime de governo.

Há propostas para que as mortes em acidentes de trânsito, quando por transgressão das leis, sejam consideradas como homicídio, assim como há sugestões para que a Constituição estabeleça que só poderá haver um intermediário entre "o fabricante e o revendedor e entre o produtor e o consumidor".

Arquivo — 16/6/87



Cabral faz arquivo

Candidatura — O prefeito de Itaboraí, João Batista Cáfaró, resolveu ontem, durante almoço que reuniu outros 38 prefeitos, lançar as bases de um movimento de valorização da política do interior. O almoço foi em homenagem ao prefeito de Niterói, Waldenir de Bragança, que conseguiu, depois de três anos de lutas, arrancar para 55 dos 65 municípios fluminenses, uma indenização prometida pelo governo federal, por conta das perdas de ICM que a fusão provocou. Cáfaró lançou a candidatura de Waldenir à sucessão do governador Moreira Franco.

PMDB está se "arenizando"

Arquivo — 22/3/87

Estrelas maiores do partido não são do velho MDB

Rogério Coelho Neto

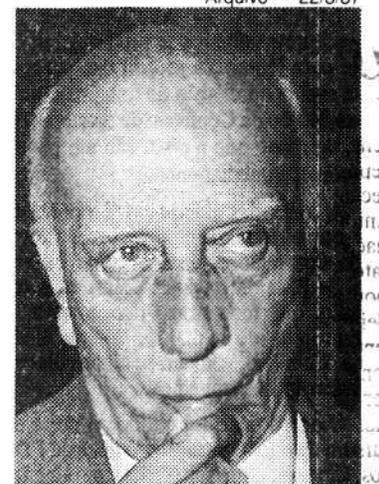
O secretário-geral do PMDB, o deputado mineiro Milton Reis, acha "um exagero" considerar "arenizado" o grande partido que nasceu com o nome de Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 30 de março de 1966, para ser à época a única trincheira possível de resistência contra o arbítrio instalado dois anos antes. O presidente da Executiva nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, vai mais longe e se irrita quando alguém insinua que o PMDB não tem hoje a menor semelhança com o MDB.

Apesar da ironia de Reis e da irritação de Ulysses, os senadores Gerson Camata (ES), Ronan Tito (MG), Affonso Camargo (PR), Irapuã da Costa Júnior (GO) e Leopoldo Perez (AM), entre muitos outros, são exemplos clássicos de arenistas ou pedessistas bem-sucedidos na vida pública depois de abraçarem a causa pemedebista. O próprio presidente da República, José Sarney, foi presidente da Arena e do PDS, as duas versões do partido de sustentação da Revolução de 64 após a extinção pelo AI-2 do pluripartidarismo nascido com a Constituição de 1946.

Sarney não sossegou enquanto não levou para o PMDB o seu lugar-tenente dos tempos de Arena e PDS: o deputado baiano Prisco Viana, que foi secretário-geral do partido da Arena, antes de sua extinção, e do PDS, depois da fundação. O combativo governador das Alagoas, Fernando Collor de Mello, que já se situa entre as estrelas de primeira grandeza do PMDB, sobretudo no Nordeste, foi pedessista e malufista da primeira hora.

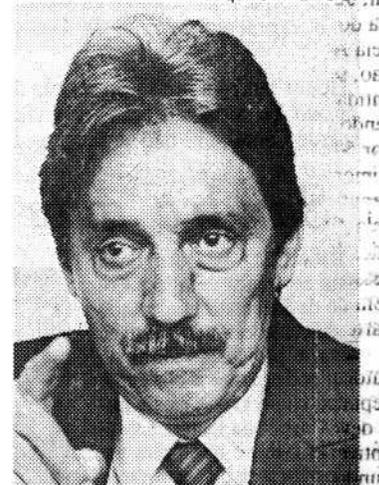
Funil largo — Não é difícil descobrir como começou a arenização do PMDB. Ela nasceu quando a perspicácia de Tancredo Neves fez abrir, com o PP, uma espécie de clarão partidário por onde pudessem escapar na direção de uma legenda de centro políticos de tendências moderadas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e os líderes do PDS que não aceitavam, de jeito nenhum, a pregação malufista. Como o funil era largo, passou quem quis de um lado para outro da estrada política que começava a ter a transição do autoritarismo para a democracia como sua única fronteira.

No plano regional e municipal, a arenização do PMDB, segundo avaliação de parlamentares ligados ao grupo progressista dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, não tem tamanho. Mas quem se detiver apenas entre as chamadas es-



Ulysses Guimarães

Arquivo — 24/5/87



Prisco Viana

trelas de primeira grandeza do maior partido da fase pós-autoritarismo não poderá esquecer os ministros Raphael de Almeida Magalhães (Providência Social), Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Roberto Santos (Saúde), este responsável por um feito histórico: quando governador *biônico* da Bahia — pela Arena, naturalmente —, soltou os cachorros da Polícia Militar contra Ulysses para impedi-lo, como presidente do então MDB, de fazer campanha no seu estado como anticandidato à Presidência da República, em 1973.

Apesar de fundador do Grupo Autêntico do MDB, o governador do Rio, Moreira Franco, antes de chegar ao PMDB e à vitória consagrada nas urnas, ano passado, passou pelo PDS para fugir ao massacre chaguista. Por questões regionais, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, usou por algum tempo a legenda arenista. Mas a maior confissão de que o PMDB é hoje mais Arena ou PDS do que outra coisa foi dada por um integrante da esquerda do partido. Ele participava de uma reunião de avaliação dos rumos do partido, quando Covas advertiu que o PMDB corria o risco de virar Arena. Do fundo da sala, o líder esquerdista, com precisão realista, não se conteve e gritou: — Não vai virar não, já virou.